

Inquérito sobre Direitos Económicos dos Trabalhadores do Mercado Informal

Financiamento:



PLATAFORMA MULHERES EM ACÇÃO (PMA)

Zona Verde, Benfica, via expressa 2º Placar Ramiros a direita
Condomínio Lubamba, apart. Nº 21 - Município de Belas, Luanda

Contactos: (244) 940 525 142 | 926 544 477

FICHA TECNICA

Coordenador técnico:

António Rogério Carlos

Apoio metodológico:

Verónica Sapalo

Tratamento e análise de dados:

Nkosi Nkikavuanga

Design e diagramação:

Ideias Calculadas SU, Lda

NIF: 5000665037

E-mail: ideias.calculadas.su@gmail.com

Tel.: 928 975 048

Activistas

- ◆ Baltezar de Sousa dos Santos
- ◆ Cristina Moyo Dimant
- ◆ Judith Victoria Caluassi
- ◆ Maria de Fátima Sapalo
- ◆ Maria Letícia Sapalo da Conceição
- ◆ Helena Simão
- ◆ Domingas Mbalanda Ndumbo Prata
- ◆ Ludmila Luzia Sapalo da Conceição

Revisão de Textos:

Ideias Calculadas SU, Lda

Plataforma Mulheres em Acção

Contactos: 940 525 142 | 926 544 477

E-mail: pma.emangolagenero@gmail.com

www.pma.org



Índice

- 03 Abreviaturas e Siglas
- 04 Agradecimentos
- 05 Introdução
- 05 Contexto
- 07 Local da pesquisa e público alvo
- 07 Objetivos gerais
- 07 Objetivos específicos
- 08 Metodologia
- 09 Resultados da pesquisa
- 27 Conclusões e Recomendações Finais

Abreviaturas e siglas

- AGT** Administração Geral Tributária
- INE** Instituto Nacional de Estatística
- INSS** Instituto Nacional de Segurança Social
- IRT** Imposto sobre Rendimento de Trabalho
- OIT** Organização Internacional de Trabalho
- OSISA** Open Society Initiative for Southern Africa
- PMA** Plataforma de Mulheres em Acção
- SPSS** Statistical Package for Social Sciences

Preâmbulo

A Plataforma Mulheres em Acção, ficou impressionada com os problemas sociais que afectam as comunidades, em particular a mulher e a rapariga do distrito do Zango município de Viana. Depois das constatações e depoimentos dos membros da comunidade nas palestras e auscultação que foram realizadas, urge-nos manter a nossa acção comunitária com vista a apoiar as pessoas mais carentes e desfavorecidas.

Constatamos que maior parte das famílias vivem do sector informal, fonte de subsistência de muitas famílias. É um sector que precisa de ser melhor estruturado pelo Estado e aos utentes que exercem esta actividade deve ser garantida alguma protecção social. É frequente assistirmos fiscais a darem corridas aos vendedores e vendedoras ambulantes que buscam no sector informal a sua sobrevivência e das suas famílias. Muitas destas fugas terminam em morte por atropelamento.

Sonhos que gostaríamos de ver materializados e que poderiam proporcionar alguma segurança e dignidade às pessoas no sector informal, dando uma oportunidade para a transformação dessa actividade em fonte de receita fiscal para o estado.

Gostaríamos de AGRADECER à OSISA, pelo apoio financeiro. Um grande abraço a todos e todas respondentes do estudo que mesmo com risco de contágio da COVID-19, dificuldades sociais e económicas disponibilizaram-se a partilhar as suas experiências, o consultor Nkosi Nkikavuanga pela análise e tratamento de dados.

Aos activistas, equipa da PMA e todas e todos que tornaram possível este estudo, o nosso muito obrigada.

Pela direcção

Veronica Sapalo

1.Introdução

1.2 Contexto

A nossa pesquisa se concentra nos direitos económicos dos trabalhadores informais. Antes de tudo iremos procurar entender o que é a economia informal. Segundo a OIT a expressão **“economia informal”** **“Refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei”**.

As diferenças entre a economia formal e informal são de ordem variada. Por outras palavras, para um mesmo produto comercializado, há pelo menos dois mercados com regras de organização diferentes e conceito de produto, preço e qualidade também diferentes. A tabela abaixo demonstra as principais diferenças entre os dois mercados.

Diferenciação do ponto de vista	Formal	Informal
Arranque da actividade	Dependentes de autorização oficial	Iniciativa pessoal
Organização	Sociedade legalmente constituída	Individual ou familiar, livre e flexível

Pois acreditamos que o trabalho traz infinitas oportunidades ao ser humano, como atingir suas metas e objectivos e se tornar um indivíduo imensamente realizado, uma vez que consegue, a depender da actividade laboral que exerce, alcançar também os seus sonhos e a sua felicidade.

A economia informal em Angola integra uma vasta gama de actividades que atravessam praticamente todos os sectores, com extensas e diversificadas áreas de intersecção com a economia formal e com a economia ilegal. Sectorialmente, o comércio retalhista, semi grossista e grossista, é a actividade informal dominante; Outros segmentos importantes: transporte de passageiros e de mercadorias, a produção artesanal de bebidas alcoólicas e de bens alimentares confeccionados, a prestação serviços (entre as quais, o trabalho doméstico/ao domicílio), a agricultura e a pesca bem como o segmento financeiro informal que se faz sentir através do comércio ilegal de divisas e das associações de rotação de poupanças.



1.3 Local da pesquisa e público alvo

A pesquisa foi realizada num dos distritos do município de Viana. o conhecido Zango, um dos grandes projectos da segunda República com duas imponentes centralidades – a da Vida Pacífica e Zango. No quadro da política habitacional do governo de Angola, construída a partir de 2003, Zango vila de sonho – para aqueles que viviam nas áreas de risco (Mercado do Roque Santeiro, Baía da Chicala e outros), sonho de casa própria para juventude. Composto por 6 bairros (Zango 0 ao Zango 5) prédios, casa social a maioria de tipo T3. A nova localidade tem uma parte urbanizada onde o povo tem acesso à água, energia, saneamento básico melhor em relação aos bairros periféricos que vão crescendo de forma anárquica, são famílias com dificuldades para solucionar as suas preocupações mais básicas. O distrito em expansão, com dificuldades de acesso aos serviços públicos, serviços financeiros (bancos, lojas), educação, saúde tendo em conta a sua extensão geográfica e a densidade populacional. O nosso público alvo são os trabalhadores do mercado informal de ambos os sexos que exercem a sua actividade nas principais praças do distrito.

1.4 Objetivos gerais

A Plataforma Mulheres em Acção constituída por Organizações Comunitárias de base, mulheres das Igrejas, pessoas individuais e da sociedade civil tem como objectivo social promover a participação da Mulher na Vida Pública, Política, Luta e Defesa pelos seus direitos incluindo a igualdade de género. Advogar perante os Órgãos de decisão para o cumprimento das políticas públicas de protecção dos Direitos das Mulheres e Raparigas.

1.5 Objetivos específicos

Identificar o número de mulheres do mercado informal fora do sistema de protecção social para cadastramento.



2. Metodologia

O presente relatório foi elaborado utilizando métodos estatísticos, em entrevista com o público alvo que é o trabalhador do mercado informal.

Com a colaboração de activistas e demais colegas da PMA foi possível a estruturação do guião, instrumento fundamental de recolha de informação. O questionário compreende uma série de perguntas a maioria fechadas.

A pedido de activistas foi reduzido o número de questões a serem administradas, para não causar aborrecimento ou motivos de desistência do respondente. Foram aplicados os métodos estatísticos da colecta, correção de dados colectados, apuramento e análise de dados.

Na digitalização e criação da base de dados o uso de Spss foi necessário. Os gráficos produzidos serviram de base para esse documento produzido.

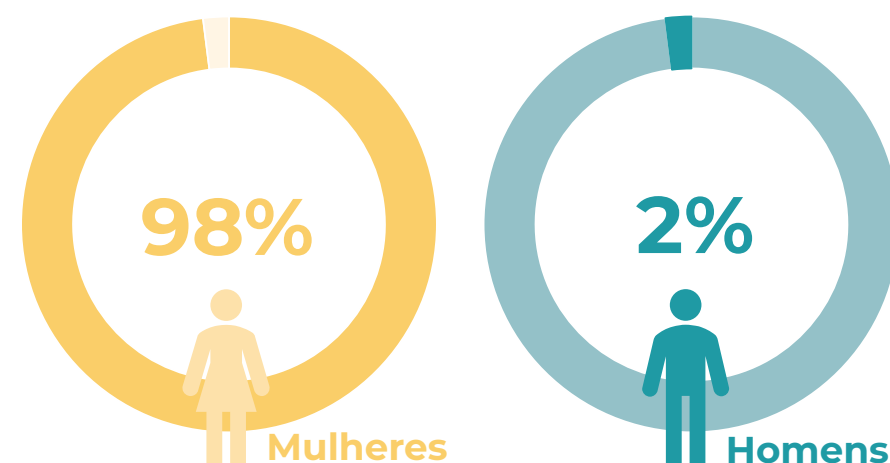
Por ser um tema de extrema importância para a população que procura na informalidade, sobreviver e satisfazer as suas necessidades e sonhos, foi usada uma amostra de trezentas pessoas de ambos os sexos.

3. Resultados da pesquisa

3.1. Distribuição por sexo

Contrariamente a última pesquisa sobre violência doméstica que era somente para as jovens e mulheres, o presente trabalho abrange ambos os sexos. Como evidência a estatística, 98,0 % são mulheres e 2,0 % homens.

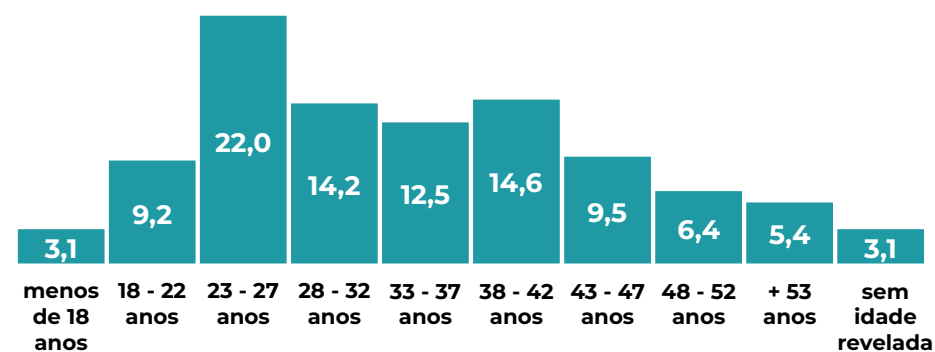
Gráfico 1: Percentagem da população entrevistada por sexo



3.2. Idade das entrevistadas

Da nossa pesquisa sobre os “**Direitos económicos dos trabalhadores do mercado informal**” a população entrevistada está na faixa de menores de 18 anos (3,1%) , 18-22 anos (9,2%), 23-27 anos (22%), 28-32 anos (14,2%), 33 - 37 anos (12,5%), 38-42 anos (14,6%), 43-47 anos (9,5%), 48-52 anos (6,4%), +53 anos de idade (5,4%) e sem idade revelada (3,1%).

Gráfico 2: Percentagem de opinião por faixa-etária



3.3.Escolaridade

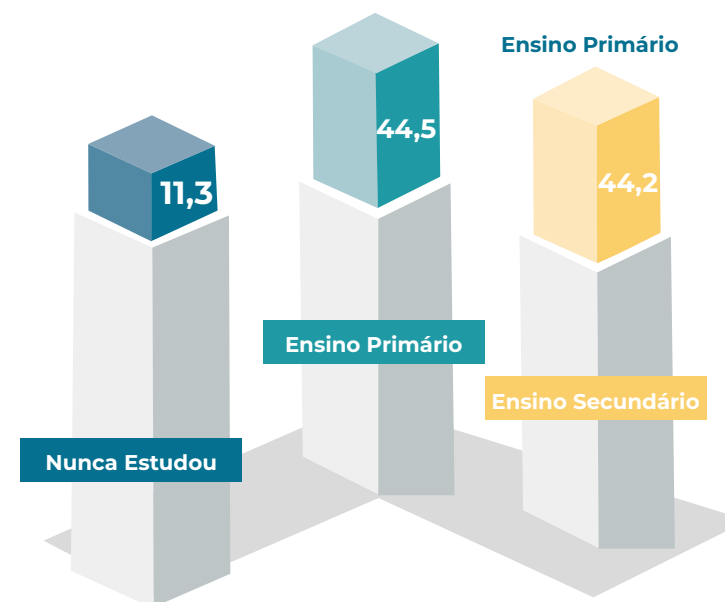
O indicador escolaridade é apresentado nessa pesquisa em dois eixos: nível e ano.



3.3.1 Nível de Escolaridade

O gráfico 3, vem a seguir dispor as estatísticas de nível de escolaridade da população entrevistada segundo as respostas obtidas.

Gráfico 3: Percentagem de opinião entrevistada por nível escolar

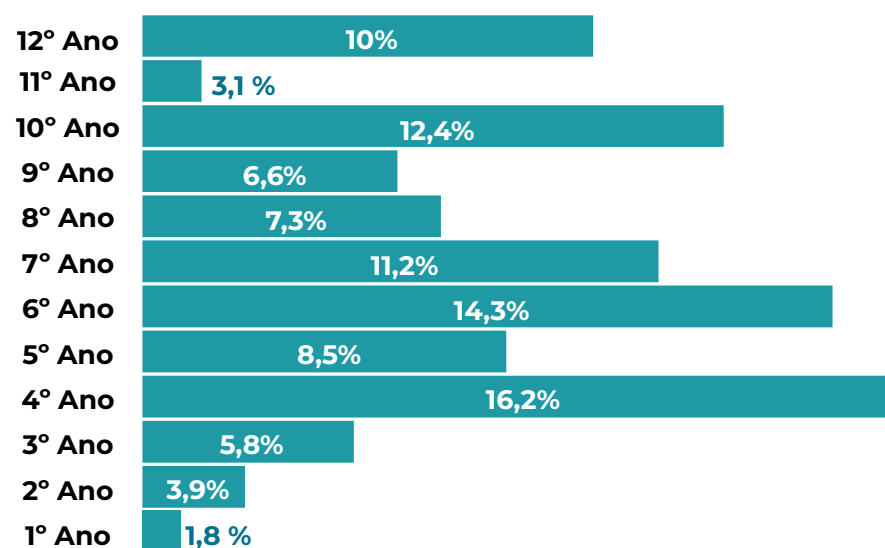


Verifica-se no gráfico 44,5% dos trabalhadores do mercado informal entrevistados concluíram o ensino primário, 44,2% tem o nível secundário feito, apenas 11,3 % responderam que nunca estudaram.

3.3.2 Ano de Escolaridade

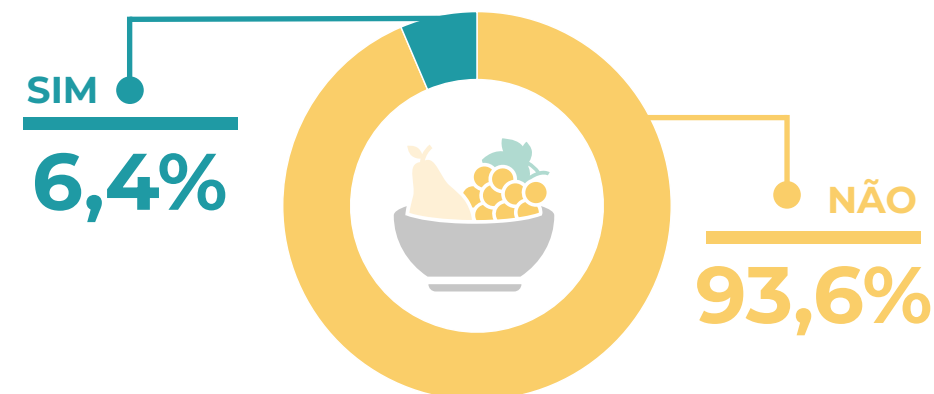
Do nível de escolaridade, o gráfico a seguir visualiza a distribuição por ano escolar, os dados enquadram da primeira à décima segunda classe. Os dados apontam **(1ª classe)** 0,8 %, **(2ª classe)** 3,9%, **(3ª classe)** 5,8%, **(4ª classe)** 16,2%, **(5ª classe)** 8,5%, **(6ª classe)** 14,3%, **(7ª classe)** 11,2%, **(8ª classe)** 7,3 %, **(9ª classe)** 6,6 %, **(10ª classe)** 12,4 %, **(11ª classe)** 3,1 %, **(12ª classe)** 10%.

Gráfico 4: Percentagem da opinião entrevistada por ano escolar



3.4.Ocupação das entrevistas

Gráfico 5: Percentagem de opinião segundo alguma ocupação



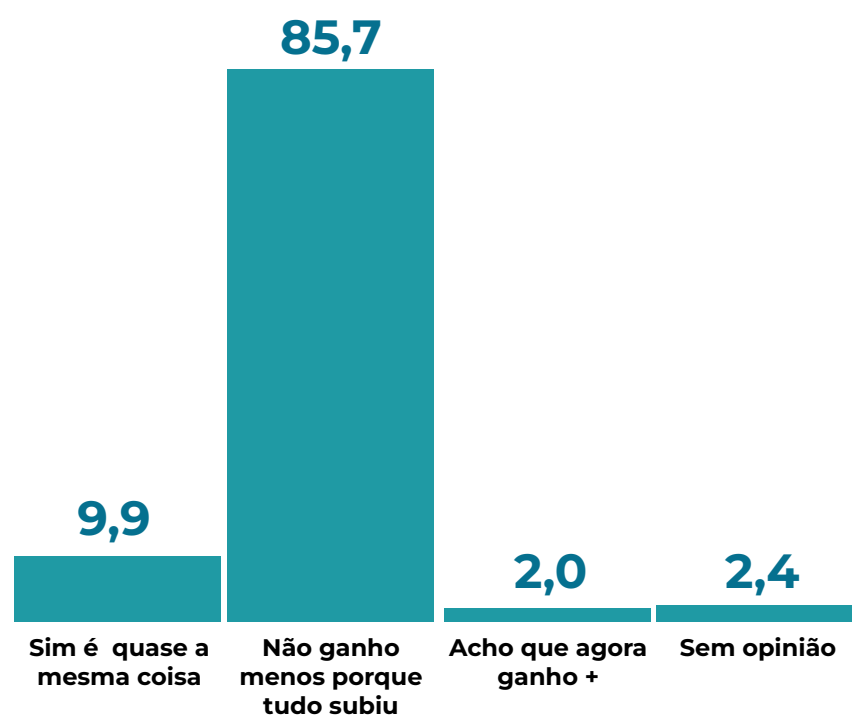
À pergunta se tem outra ocupação para além da venda informal, 6,4%, respondeu que tem outra enquanto que 93,6% respondeu que tem a venda como actividade de sobrevivência.



3.5. O rendimento actual

Toda actividade económica culmina na obtenção de um lucro, assim procurando saber, em entrevista, se o rendimento que tinha antes do Covid-19 é o mesmo em relação a fase passada? Nessa pergunta aberta com opções de resposta: **“Não, ganho menos porque tudo subiu”** 85,7 %, **“Sim é quase a mesma coisa”** 9,9%, **“Acho que agora ganho mais”** 2,4%, sem opinião 2,0%.

Gráfico 6: Percentagem da opinião entrevistada por rendimento actual



3.6 Os problemas vividos na família com vinda do Covid-19

Da questão anterior quando o rendimento baixou naturalmente trazem uma série de problemas como expressa em termo percentual, **“Dificuldades para adquirir alimentos”** 19,1 %, **“Dificuldades para pagar a renda da casa (água, luz)”** 16,4 %, **“Às irregularidades dos dias de venda”** 4,1%, **“Falta de oportunidades”** 3,4%, **“Dificuldades para adquirir alimentos e para a renda”** 19,1%, **“Dificuldades para adquirir alimentos e irregularidades dos dias de venda”** 5,1%, **Dificuldades para adquirir alimentos e falta de oportunidades** 1,4%, **“Dificuldades de pagar renda e as irregularidades de dias de venda”** 1%, **“As irregularidades de dias de venda e falta de oportunidades”** 1,4%, **“Dificuldades para adquirir alimentos e para renda de casa, irregularidades de dias de venda”** 17,6 %, **“Dificuldades de adquirir alimentos, para renda e falta de oportunidades”** 1,7%, **“Dificuldades para adquirir alimentos, irregularidades dos dias, falta de oportunidades”** 2,7%, Todos os problemas enumerados nessa pergunta 4,8% e enfim sem opinião de resposta 2%.

Gráfico 7: Percentagem da opinião entrevistada por problemas vividos na família



3.8. Tem bancada no mercado

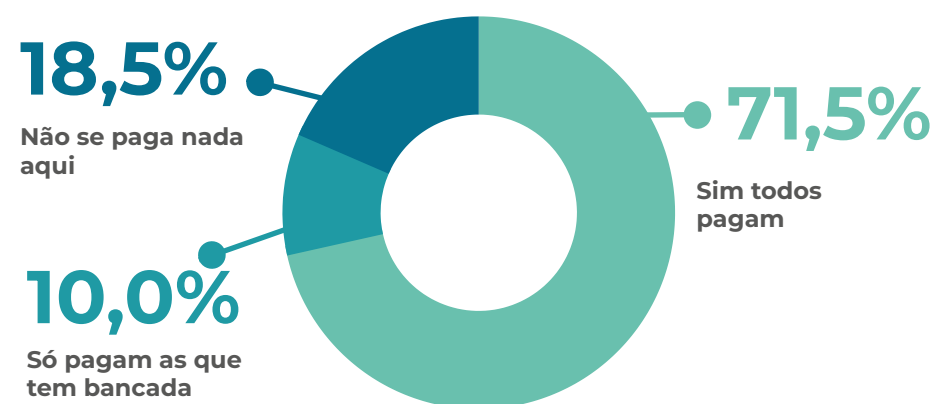
Relativamente à posse de bancada no mercado a situação 20,4 % respondeu que não tem, ao contrário dos 79,6 % que respondeu ter bancada própria no mercado.



3.9. Pagamento da taxa de venda

O benefício do espaço do mercado é ocupado mediante a cobrança de uma taxa.

Gráfico 9: Percentagem de opinião sobre a taxa de venda

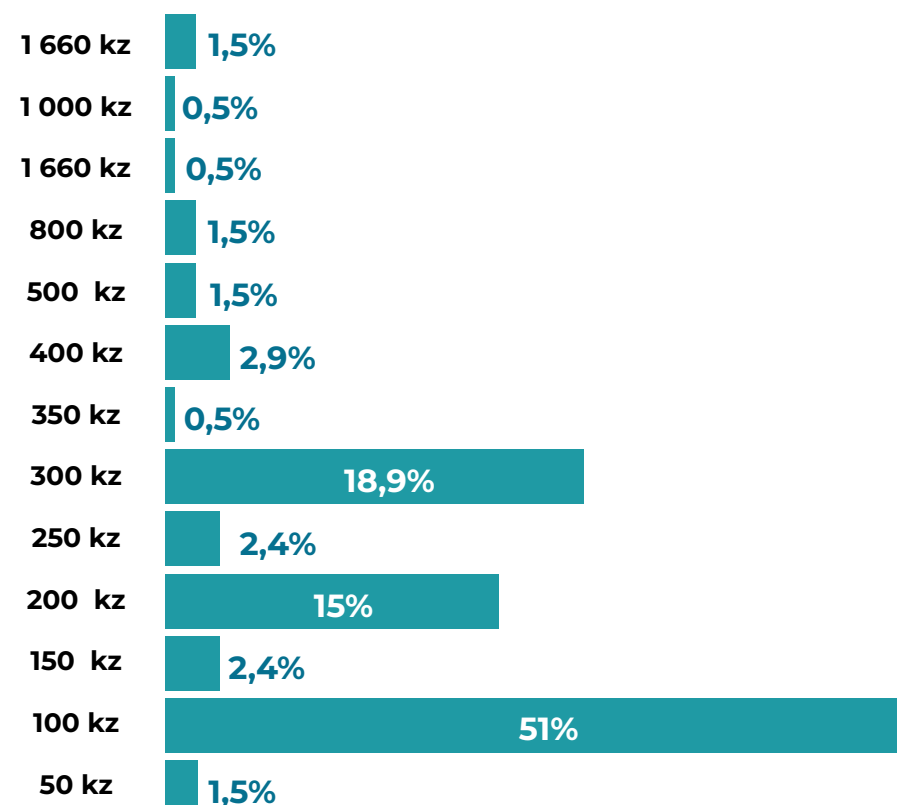


Taxa de venda é um valor pago pelos utentes do mercado que exercem actividade quer seja de forma temporária ou permanente. Dos dados obtidos as estatísticas revelam as respostas para “**Não se paga nada aqui**” 18,5%, “**Sim todos pagam**” 71,5%, “**Só pagam as que tem bancada**” com 10%.

3.10. O valor pago

O valor pago pela taxa no mercado varia entre 50 a 16.600 Akz. Dependendo da localização, produtos de venda, duração, pode-se pagar mais em termo proporcional o valor de 100 Kz é mais cobrado 51%, as vezes 200 Kzs e 300 Kz (15% e 18,9%), os valores acima de 300 Kz está ser recolhido em caso especial e período de tempo, representa uma cobrança específica podia incluir a renda do espaço ou outros serviços com 10.000 Kz e 16.600 Kz (mensal) veja o gráfico a seguir.

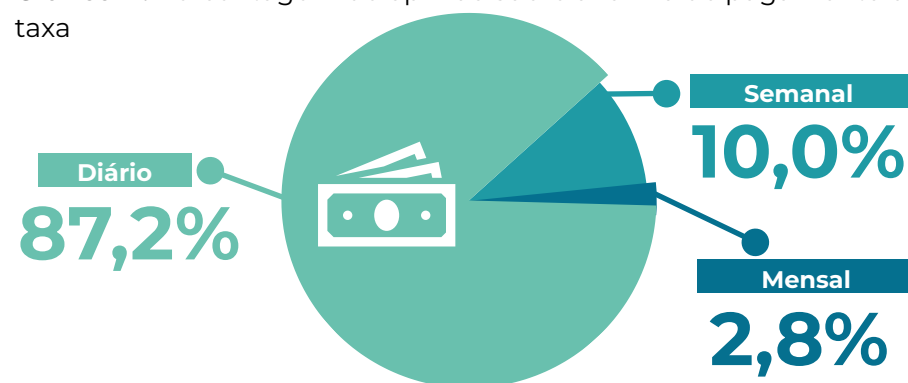
Gráfico 10: Percentagem de opinião sobre o valor pago



3.11. A forma de pagamento da taxa

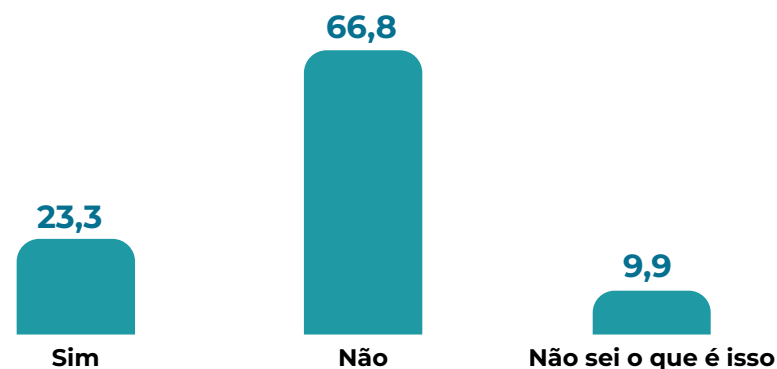
A forma mais usada para pagamento da taxa no mercado no Zango é cobrança diária, com 87,2 %, de respostas, semanal 10,0 %, e mensal com 2,8 % de respondentes.

Gráfico 11: Percentagem de opinião sobre a forma de pagamento da taxa



3.12. O cartão de contribuinte

Gráfico 12: Percentagem de opinião sobre o cartão de contribuinte



Falar do cartão de contribuinte é estranho, 66,8% afirmam “*não saber o que é*”, 23,3% dizem “*sim*”, enquanto 9,9% infelizmente “*não sabe o que é*”.



3.13. Uso do cartão de contribuinte e de segurança social

e de segurança social

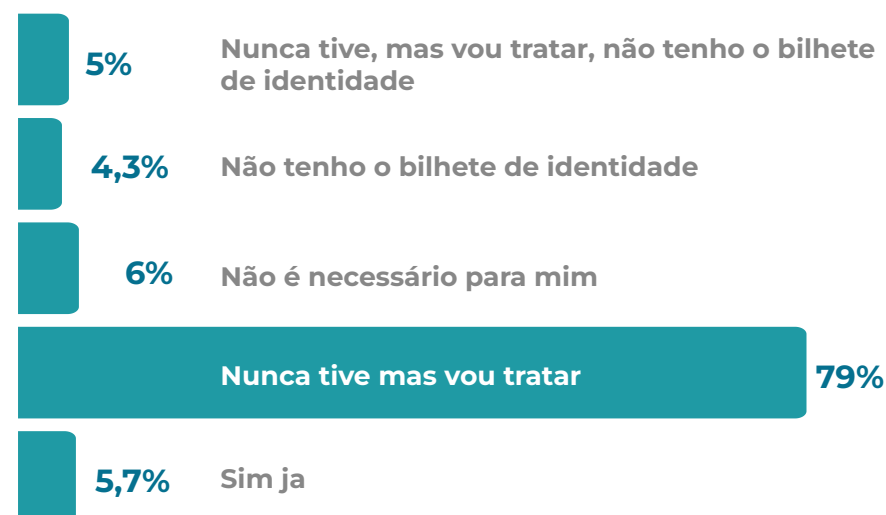
Quer seja o cartão de contribuinte ou o cartão de segurança social a maior parte da população entrevistada afirma sem receio, não saber para que serve (83,6%).

Gráfico 13: Percentagem de opinião sobre o cartão de segurança social



3.14. Ter o cartão de segurança social

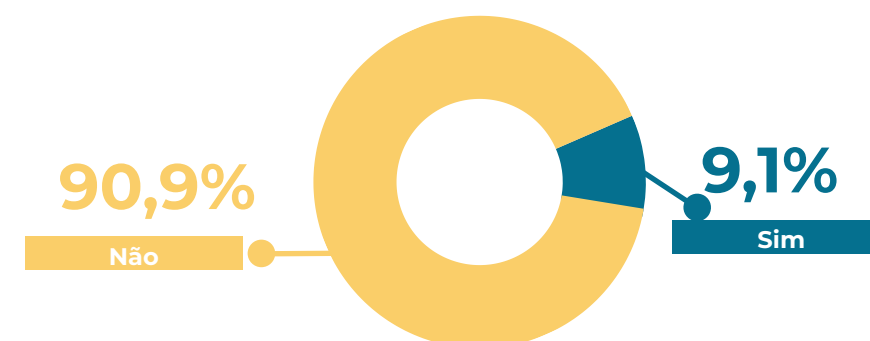
Gráfico 14: Percentagem de opinião sobre a posseção do cartão de segurança social



As opiniões são **“Sim já”** 5,7%, **“Não é necessário para mim”** 6%, **“Não tenho bilhete de identidade”** 4,3%, **“Nunca tive, mas vou tratar, não tenho o bilhete de identidade”** 5% e **“Nunca tive, mas vou tratar”** 79%.

3.15. Conhecimento de quem paga o cartão de segurança social

Gráfico 15: Percentagem de opinião sobre o conhecimento de quem paga o cartão de segurança social



Observamos no gráfico acima que a opinião de entrevistados sobre o conhecimento de quem paga o cartão de segurança social coloca-se em 9,1 % sendo que a grande maioria não sabe.

3.16. Interesse em pagar a segurança social

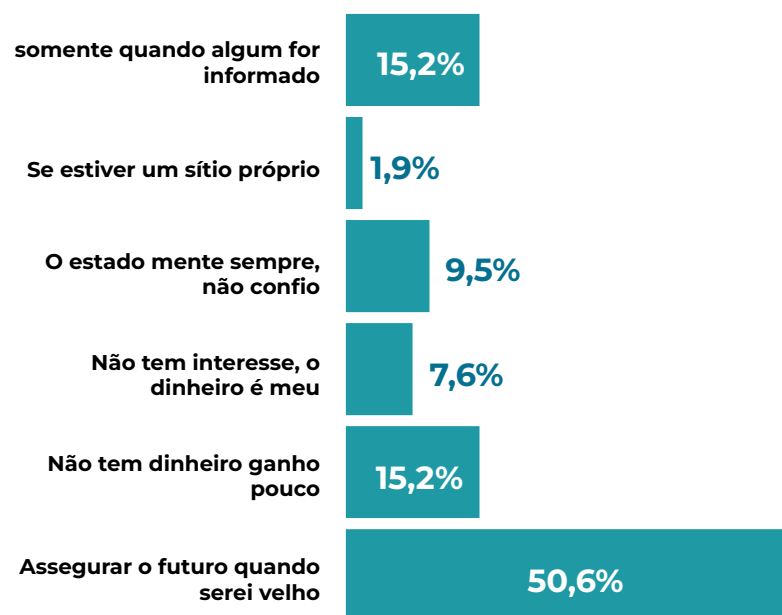
Gráfico 16: Percentagem de opinião sobre o interesse de pagar a segurança social



Das opiniões recolhidas 60% dos entrevistados respondeu que tem interesse em pagar a segurança social, mas 39,5% tem opinião contrária, ou seja, não está interessada em pagar a segurança social e 0,5% não sabe o que responder.

3.17. Porque per interesse

Gráfico 17: Percentagem de opinião sobre do interesse de pagar a segurança social



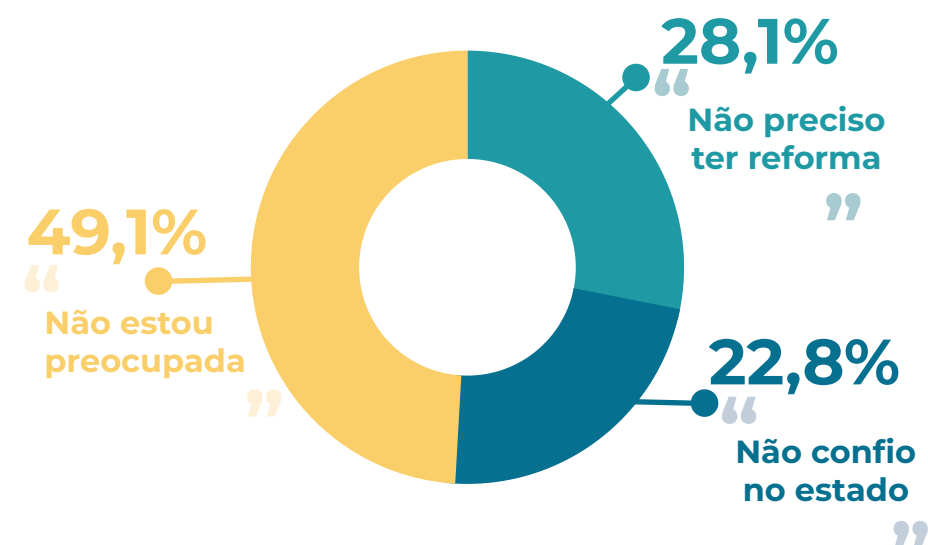
O interesse para pagar a segurança baseia-se nas seguintes opções “Assegurar o futuro quando for velho” para 50,6% dos inquiridos, “**Se estiver um sítio próprio**” 1,9%, quando algum for informado 15,2%; outros acham que “**O estado mente sempre, não confio**” 9,5%, “**Não tem interesse, o dinheiro é meu**” 7,6%, “**Não tem dinheiro ganho pouco**” 15,2%.



3.18. A recusa de pagar a segurança social

A realidade vivida pelos trabalhadores do mercado informal pode justificar a atitude de recusar o pagamento da segurança social, conforme mostra o gráfico abaixo com seguintes opiniões:

Gráfico 18: Percentagem de opinião sobre a recusa de pagar a segurança social



4. Conclusões e Recomendações Finais

4.1 Conclusão

Dessa longa viagem através das páginas chegou o momento de concluir esse relatório afirmando que:

- ◆ Os trabalhadores do mercado informal do Zango (85.7 %) afirmam que o seu rendimento actual baixou em relação a fase passada antes da Covid-19, porque tudo subiu, essa situação provocou uma série de problemas vividos nas famílias como podemos realçar dificuldades para adquirir alimentos, pagar a renda de casa (**Gráfico 6 e 7**);
- ◆ 79,6% do nosso público-alvo não tem bancada na praça mesmo assim paga a taxa de venda como é exigido. A taxa nas praças do distrito é cobrada diariamente a um valor de 100 kz, 51%.
- ◆ Seja o cartão de contribuinte nem o cartão de segurança social muito não sabe que isso (**Gráfico 12 e 13**). Curiosamente 79,0 % nunca teve mais pensa tratar;
- ◆ Duma forma superficial os trabalhadores do mercado informal acham que pagar a segurança social pode garantir o futuro na velhice (50,6);
- ◆ Há entrevistados que se recusam a pagar a segurança social porque não estão preocupados (49,1%), não confiam no estado (28,2%) (**Gráfico 18**);
- ◆ As pessoas nunca foram devidamente informadas sobre o que é e para que serve o cartão de contribuinte e a segurança social, para se aderir a algo é importante ter informações básicas sobre o assunto;

- ◆ Uma reestruturação do sistema económico pode vir a beneficiar os trabalhadores do mercado informal quanto aos direitos económicos que eles merecem, mas com a colaboração da sociedade civil e dos próprios actores junto das autoridades competentes que devem tornar isso possível.

Até o III trimestre de 2020, o INE estimou uma taxa de desemprego geral de 34 % em geral. Economia mundial está em crise, Angola não foi poupada, a pandemia da Covid-19 carrega várias dificuldades no sistema formal, mais agravantes no informal. Como vivemos a subida dos preços no mercado formal, o sistema de irregularidades de dias de vendas durante vários meses, com certeza prejudicou bastante os trabalhadores do mercado informal e as suas famílias. Com as falências sofridas por várias empresas, aumentou a taxa de desemprego tendo em conta que há mais despedimentos do que contratações. O sector informal sendo o complemento da economia formal é a via de salvação para várias famílias angolanas e não para a economia nacional.



4.2 Recomendações Finais

A ONG's

- ◆ Advogar perante os Órgãos de decisão o cumprimento das políticas públicas de protecção dos Direitos das Mulheres e raparigas em particular aqueles que sobrevivem do mercado informal;
- ◆ Não só identificar para cadastrar o número de pessoas que se encontram nesse ramo, mas também, para com campanhas de educação junto das comunidades levar a cabo a mensagem de adesão voluntária a segurança social, demonstrando a sua importância. O IRT, sendo uma fonte de recursos do Estado é uma obrigação de todos o seu pagamento. Em palestras nos mercados explicar como um trabalhador de mercado informal pode subscrever a um regime dos trabalhadores por conta própria e todos os detalhes necessários para o efeito (idade inscrição, como inscrever, responsável pela inscrição, documentos necessários, o prazo para inscrição no INSS, montante contributivo a pagar, quais as prestações sociais a que tem direito neste regime).



Ao governo

- ◆ O uso de meios de difusão massiva como a rádio, a televisão estatal e privada ao serviço da nação para encorajar a cultura e adesão voluntária à segurança social e pagar o imposto mesmo para a população ativa trabalhando por conta própria;
- ◆ Que a formalização da economia informal transite necessariamente pelo registo, pelos órgãos da administração do Estado competentes, dos agentes económicos que operacionalizam este segmento da economia nacional. A atribuição de Bilhete de Identidade (no novo modelo é também o número fiscal), o registo junto do Instituto de Segurança Social, a abertura de uma conta bancária e o cadastro ou registo estatístico junto de cada administração municipal ou comunal ou distrital seriam passos importantes que, no nosso entender, viabilizariam a formulação das actividades económicas;

- ◆ As administrações poderiam ter a responsabilidade do registo dos indivíduos no INSS e na AGT de modo a gozarem dos mesmos direitos e obrigações dos demais trabalhadores formais, ponderando sempre cada circunstância. O desconto mensal no INSS poderá ser estimado em função dos rendimentos médios mensais de cada indivíduo e analisar-se uma taxa que fosse de acordo com as condições laborais de cada indivíduo. Quanto ao pagamento de impostos pode-se analisar até que ponto os rendimentos mensais são iguais ou superiores ao limite de isenção estabelecido na tabela IRT ou ver-se uma outra modalidade aplicável;
- ◆ O executivo tem realmente interesse de não negligenciar o IRT que constitui uma das seis fontes de rendimento para seus cofres;
- ◆ O governo aumenta a sua capacidade de resposta, buscando as modalidades de facilitação de acesso a crédito bancário numa forma alargada não selectiva para esses indivíduos nesse ramo como se passa nos outros países do mundo para equilibrar os efeitos da pandemia;
- ◆ Embora os dias de venda tenham voltado a regularidade, o governo deve alcançar as vias para baixar os preços de primeira necessidade, combater a inflação galopante, para aceder ao bem-estar da população.

